

- Cada item das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Eventuais espaços identificados pela expressão “Espaço livre” que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Texto I

1 Talvez o distinto leitor ou a irresistível leitora sejam naturais, caso em que me apresso a esclarecer que nada tenho contra os naturais, antes pelo contrário. Na verdade, alguns dos meus melhores amigos são naturais. Como, por exemplo, o festejadíssimo cineasta patricio Geraldo Sarno, que é baiano e é natural — pois neste mundo as combinações mais loucas são possíveis. Certa feita, estava eu a trabalhar em sua ilustre companhia quando ele me convidou para almoçar (os cineastas, tradicionalmente, têm bastante mais dinheiro do que os escritores; deve ser porque se queixam muito melhor). Aceito o convite, ele me leva a um restaurante que, apesar de simpático, me pareceu um pouco estranho. Por que a maior parte das pessoas comia com ar religioso e contrito? Que prato seria aquele que, olhos revirados para cima, mastigação estoica, e expressão de quem cumpria dever penosíssimo, um casal comia, entre goles de uma substância esverdeada e viscosa que lentamente se decantava — para grande prejuízo de sua já emética aparência — numa jarra suspeitosa? Logo fui esclarecido, quando meu companheiro e anfitrião, os olhos cintilantes e arregalados, me anunciou:

— Surpresa! Vais comer um almoço natural!

João Ubaldo Ribeiro. *A vida natural*. In: *Arte e ciência de roubar galinha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

Acerca das ideias e das estruturas linguísticas do texto I, julgue os itens a seguir.

- 1 Sem prejuízo para a correção gramatical do texto, a forma verbal “comia” (ℓ.13) poderia ser flexionada no plural.
- 2 No trecho “ele me leva a um restaurante que, apesar de simpático, me pareceu um pouco estranho” (ℓ. 11 e 12), o elemento “que” introduz oração de natureza restritiva, intercalada por estrutura de valor adverbial.
- 3 Infere-se da leitura do texto que, para o autor, os baianos não são naturalmente adeptos da alimentação natural.
- 4 O adjetivo “estoica” (ℓ.15) contraria, em termos semânticos, o “ar religioso e contrito” (ℓ.13) das pessoas no restaurante.

### Texto II

1 Uma casa tem muita vez as suas relíquias, lembranças de um dia ou de outro, da tristeza que passou, da felicidade que se perdeu. Supõe que o dono pense em as arejar e expor para teu e meu desenfado. Nem todas serão interessantes, não raras serão aborrecidas, mas, se o dono tiver cuidado, pode extrair uma dúzia delas que mereçam sair cá fora.

7 Chama-lhe à minha vida uma casa, dá o nome de relíquias aos inéditos e impressos que aqui vão, ideias, histórias, críticas, diálogos, e verás explicados o livro e o título. Possivelmente não terão a mesma suposta fortuna daquela dúzia de outras, nem todas valerão a pena de sair cá fora. Depende da tua impressão, leitor amigo, como dependerá de ti a absolvição da má escolha.

Machado de Assis. *Advertência*. In: *Relíquias da casa velha*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986.

Julgue os itens que se seguem, relativos às estruturas linguísticas e aos sentidos do texto II.

- 5 No texto, o narrador justifica o título e esclarece o conteúdo de um livro que traz ideias, histórias, críticas e diálogos autobiográficos cujo teor ainda está muito presente em sua vida.
- 6 Ao leitor é atribuída a tarefa de julgar o valor das relíquias cuja exposição parece afastar o tédio do narrador.
- 7 A correção gramatical e os sentidos do texto seriam mantidos caso se inserisse uma vírgula logo após o termo “delas” (ℓ.6).
- 8 No trecho “Chama-lhe à minha vida uma casa” (ℓ.7), é facultativo o emprego do sinal indicativo de crase.
- 9 O emprego de dois-pontos em substituição à vírgula logo após a expressão “suas relíquias” (ℓ.1) não geraria erro gramatical.

Mem. 15/2014-CGE/PI

Teresina, 10 de outubro de 2014.

Ao Sr. José Alves André

Assunto: **Reunião sobre Gestão de Convênios**

1. Informo que, no próximo dia 25, às 9 horas, na sala de treinamento, será promovida reunião em que se tratará dos convênios celebrados por este órgão.

2. Solicito o comparecimento dos servidores dessa unidade, munidos dos relatórios anuais a serem discutidos com o diretor financeiro e o coordenador do setor, de forma a sanar possíveis questionamentos e dúvidas.

3. Esclarecimentos adicionais podem ser obtidos pelo ramal 678.

Atenciosamente,

[espaço para a assinatura]

[Nome]

Controlador-Geral do Estado

Considerando as disposições do **Manual de Redação da Presidência da República**, julgue os itens que se seguem, a respeito da adequação, do formato e da linguagem da comunicação oficial hipotética Mem. 15/2014-CGE/PI.

10 Seriam mantidas a correção e a adequação da linguagem se fosse inserido o complemento a **Vossa Senhoria** imediatamente após a forma verbal “Informo”.

11 Para se adequar ao padrão exigido para memorando, a referência ao destinatário deveria ter sido feita pelo cargo ocupado por José Alves André.

12 No parágrafo introdutório, exige-se, além da apresentação do assunto que motivou a comunicação oficial, a inserção de formas indiretas como recurso de polidez — “Cumpre-me informar que”, por exemplo —, expressão essa que poderia substituir o trecho “Informo que”.

13 Como o memorando é uma forma de comunicação interna, o emprego da sigla do órgão expedidor ao lado do tipo e número do expediente é facultativo.

Com relação ao desenvolvimento funcional e ao âmbito de atuação do auditor governamental lotado na Controladoria-Geral do Estado do Piauí (CGE/PI), julgue os itens que se seguem.

14 Para a progressão na carreira e para a promoção no cargo de auditor governamental do estado do Piauí, a norma vigente exige que o ato exarado para deferimento do desenvolvimento funcional do postulante seja precedido de arguição e de qualificação do momento da movimentação de referência.

15 É vedado ao auditor governamental do estado do Piauí representar a CGE/PI em órgão da administração pública estadual.

Julgue os próximos itens, referentes a estrutura organizacional, objetivos e componentes que fundamentam o controle interno.

16 Caso esteja estruturado formalmente, o controle interno de uma instituição pode ser representado sob a forma de um cubo. Nessa representação, as categorias de objetivos relacionam-se indiretamente com os componentes, em que pese estarem no mesmo plano; diferentemente da estrutura organizacional, que está em outra dimensão.

17 Na avaliação de riscos, que é uma categoria de objetivos do controle interno, uma condição prévia é apurar o nível de impacto de possíveis mudanças no resultado decorrente dos componentes, já que os insumos se originam em diferentes níveis da entidade.

18 Em uma organização, entre os controles mais conhecidos e difundidos estão os preventivos e os detectivos. Além desses, encontram-se as ações corretivas, que são utilizadas para complementar tanto as atividades quanto os procedimentos de controle.

19 A categorização dos usuários segundo os perfis e o uso de *softwares* licenciados são tipos de controles estruturados pela administração para auxiliar a gestão dos sistemas de informações.

20 Um dos objetivos precípuos do controle interno na área pública é o de ele funcionar como instrumento de proteção do cidadão, o que é obtido quando as ações dos agentes públicos, por privilegiarem a economia, a eficiência e a eficácia, mostram-se contrárias ao desperdício dos recursos públicos, ou seja, contrárias a abuso, erros, fraudes e quaisquer atos inquinados com participação comprovada desses agentes.

No que se refere ao controle interno estruturado pelas instituições, julgue os itens seguintes, relativos a monitoramento, informação e comunicação.

21 Os canais normais são veículos de comunicação utilizados pelas organizações para retransmitir aos usuários as informações pessoais, sigilosas, e as relativas aos riscos identificados, ao passo que os canais alternativos são meios adequados para comunicar as informações geradas no curso das operações e as decorrentes de atos ilegais.

22 Por meio do monitoramento, em especial, no que se refere à autoavaliação, o corpo gerencial de uma organização pode se certificar da origem, presença e regularidade do funcionamento de determinado componente de controle interno.

23 Uma alternativa bastante difundida, antigamente, pelos administradores das organizações era o uso de papéis de trabalho como base física da documentação das atividades de monitoramento; no entanto, com a evolução da informatização, essa prática caiu em desuso.

Em relação a auditoria governamental, controle interno e normas de auditoria, julgue os itens a seguir.

- 24 Para que sejam atendidas as normas da INTOSAI (International Organization of Supreme Audit Institutions), os auditores governamentais devem compreender os princípios e as normas constitucionais, legais e institucionais que regulam a execução das atividades operacionais da entidade auditada.
- 25 O Tribunal de Contas da União (TCU), no desempenho de auditoria solicitada pelo Poder Legislativo, deve atuar de modo a resguardar sua independência e autonomia, observando a hierarquia institucional de subordinação existente entre os controles interno e externo no setor público.
- 26 Uma auditoria para avaliar denúncia de irregularidade de natureza contábil em uma instituição financeira pública insere-se no campo das auditorias de regularidade.
- 27 A auditoria, que inicialmente era voltada para a prevenção de riscos, interpretação e orientação das operações, hoje se ocupa da tecnologia de revisão dos registros contábeis.

Julgue os itens subsecutivos, referentes a instrumentos de fiscalização, planejamento e execução de auditorias no setor público.

- 28 Os procedimentos de revisão analítica são realizados durante a aplicação dos testes substantivos.
- 29 A inspeção é um instrumento de fiscalização que visa verificar o cumprimento de decisões do tribunal de contas, obter informação acerca da procedência de denúncias e esclarecer pontos duvidosos em processos fiscalizatórios.
- 30 No planejamento da auditoria, devem estar previstos instrumentos de controle interno, como a aplicação de testes de observância e de testes de transações e saldos. Além disso, deve-se realizar a verificação dos dados produzidos pelo sistema contábil da entidade para a avaliação dos riscos envolvidos na atividade de controle.

Com relação a evidências e achados de auditoria, comunicação de resultados e monitoramento, supervisão e controle de qualidade, julgue os itens seguintes.

- 31 Os relatórios de auditoria devem ser claros e concisos, com textos objetivos e conclusões convictas. Neles, devem ser evitadas expressões que denotem incerteza, tais como: “supõe-se”, “há indícios”, “esta equipe de auditoria entende que”.
- 32 De acordo com as normas de auditoria da INTOSAI, a depender do nível de competência profissional da equipe de auditores, a tarefa de supervisão do pessoal encarregado da auditoria pode ser dispensada.
- 33 Os achados de auditoria e a comparação entre uma situação observada e os critérios fixados servem para comprovar as evidências, que são dispostas na matriz de responsabilização.

No que se refere à administração pública, aos direitos políticos e às comissões parlamentares de inquérito (CPIs), julgue os itens que se seguem.

- 34 É vedada a criação de CPI por assembleia legislativa estadual para investigar fato certo e determinado relativo ao Poder Executivo do referido estado-membro.
- 35 Os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público são estáveis após dois anos de efetivo exercício.

Acerca das disposições referentes à administração pública, às competências constitucionais dos entes federados e ao Poder Judiciário, julgue os itens a seguir.

- 36 Entre as competências constitucionais conferidas aos estados federados incluem-se proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência; explorar diretamente, ou mediante autorização, concessão ou permissão, os portos fluviais e lacustres; legislar sobre assistência jurídica e defensoria pública bem como sobre a proteção e a integração social das pessoas portadoras de deficiência.
- 37 Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis apenas a brasileiros natos e naturalizados que preencham os requisitos estabelecidos em lei.
- 38 O Supremo Tribunal Federal poderá, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta nas esferas federal, estadual e municipal.
- 39 Na Constituição Federal de 1988 (CF), não está prevista a exigência de depósito ou de arrolamento prévio de dinheiro ou de bens para que seja admitido recurso administrativo.

Julgue os itens seguintes, referentes às disposições da Lei n.º 9.784/1999 — Lei do Processo Administrativo — e da Lei Complementar Estadual n.º 13/1994 — Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí.

- 40 A edição de atos de caráter normativo e a decisão de recursos administrativos não podem ser objetos de delegação.
- 41 A licença para tratar de interesse particular concedida a servidor não poderá ser interrompida pela administração, senão a pedido do próprio servidor.
- 42 O processo administrativo poderá iniciar-se de ofício ou em razão de requerimento do interessado.

À luz das disposições contidas na Lei de Licitações — Lei n.º 8.666/1993 — e na Lei dos Pregões — Lei n.º 10.520/2002 —, julgue os itens que se seguem.

- 43 A equipe de apoio do pregão será integrada exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo na administração, pertencentes ao quadro permanente do respectivo órgão público.
- 44 Em uma licitação, é vedada a participação direta ou indireta de servidor da entidade licitante.

Julgue os itens a seguir, acerca dos atos administrativos e da responsabilidade civil do Estado.

- 45 A administração pode anular os próprios atos, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada a apreciação judicial, bem como pode revogá-los quando eles estiverem eivados de vícios que os tornem ilegais.
- 46 De acordo com a teoria do risco integral, é suficiente a existência de um evento danoso e do nexo de causalidade entre a conduta administrativa e o dano para que seja obrigatória a indenização por parte do Estado, afastada a possibilidade de ser invocada alguma excludente da responsabilidade.
- 47 As pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável apenas nos casos de dolo.

Em relação à classificação das despesas públicas e aos limites de despesa com pessoal, julgue os itens seguintes.

- 48 A discriminação da despesa deverá ser realizada, no mínimo, por elementos entendidos como o desdobramento dessa despesa em gastos com pessoal, material, serviços, obras e outros meios de que se serve a administração pública para a consecução dos seus fins.
- 49 A realização dos investimentos, que constituem despesas de capital, deve ser compatível com as metas e prioridades estabelecidas no plano plurianual e não pode afetar a meta de resultados fiscais caso se prolongue por período superior a dois exercícios fiscais.
- 50 A despesa com pessoal, classificada como despesa de custeio, limita-se ao percentual de 50% da receita corrente líquida em cada estado da Federação, apurado segundo o regime de competência.

À luz dos dispositivos constitucionais que regem a elaboração da proposta orçamentária bem como das normas gerais de direito financeiro, julgue os itens que se seguem.

- 51 A lei de diretrizes orçamentárias, instrumento de planejamento da atividade financeira para o exercício financeiro subsequente, objetiva dispor sobre as alterações na legislação tributária e estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- 52 O projeto da lei orçamentária anual deve ser encaminhado ao Congresso Nacional para exame por uma comissão mista de deputados e senadores em até seis meses antes do encerramento do exercício financeiro, de modo que sua devolução para sanção ocorra até o encerramento da sessão legislativa, pois, caso contrário, não haverá o recesso legislativo.
- 53 As emendas ao projeto de lei orçamentária anual que tenham por propósito a modificação das despesas nele previstas deverão demonstrar a sua compatibilidade com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias e, ainda, indicar os recursos necessários à sua satisfação, admitindo-se, nessa hipótese, a adoção de medidas para aumento permanente de receita.

Acerca das disposições estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e das hipóteses de controle da execução orçamentária previstas na CF, julgue os itens a seguir.

- 54 Além das hipóteses de controle externo e interno das contas públicas, a CF admite o controle da sociedade civil, que é exercido mediante a formalização de denúncias sobre irregularidades ou ilegalidades ao TCU, a participação na elaboração e discussão das propostas orçamentárias e o acesso às informações referentes às despesas e receitas.
- 55 Na hipótese de um estado da Federação apresentar insuficiência de caixa para a realização de inversão financeira prevista na lei orçamentária, o governador poderá realizar uma operação de antecipação da receita orçamentária em valor superior ao montante estabelecido para essa despesa de capital, desde que sua liquidação ocorra até o fim do exercício em que tenha sido contraída.

Considerando as limitações ao poder de tributar, julgue os itens seguintes.

- 56 As limitações ao poder de tributar podem ser reguladas, em âmbito legislativo, tanto por lei complementar quanto por lei ordinária.
- 57 A imunidade recíproca entre os entes tributantes estabelece a vedação da cobrança de impostos e taxas entre a União, os estados, o Distrito Federal (DF) e os municípios.
- 58 São limitações ao poder de tributar as imunidades, os princípios de direito tributário e as anistias.
- 59 O imposto sobre produtos industrializados é uma exceção ao princípio da anterioridade nonagesimal, que proíbe a cobrança de tributo antes de decorridos noventa dias da data da publicação da lei que instituiu ou majorou o tributo em questão.

Aos estados e ao DF é atribuída competência para instituir o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS). Em relação a esse imposto, julgue os itens subsequentes.

- 60 O uso do montante devido de ICMS como elemento da base de cálculo do tributo, procedimento denominado de cálculo por dentro, é prática considerada inconstitucional.
- 61 O ICMS pode ser seletivo em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços ofertados em um estado ou no DF.
- 62 De acordo com lei complementar pertinente, os estados e o DF podem decidir sobre a concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais, e, no caso do ICMS, isso deve ocorrer mediante convênio.
- 63 Se houver pagamento indevido de ICMS, só será possível a restituição do tributo pago ao sujeito passivo de direito se ele provar ter assumido o encargo financeiro ou, no caso de ter havido repercussão econômica, ter expressa autorização do contribuinte de fato.

A respeito do regime geral de previdência social, julgue os itens a seguir.

- 64 A dependência econômica do irmão menor de vinte e um anos de idade na condição de dependente do segurado é presumida para fins de obtenção de benefício previdenciário.
- 65 A pessoa física que presta serviço no Brasil a missão diplomática ou a repartição consular de carreira estrangeira e a órgãos a elas subordinados é segurada obrigatória da previdência social, na qualidade de empregado.

Acerca da Lei n.º 9.717/1998 e da Lei Complementar Estadual n.º 39/2004, julgue os seguintes itens.

- 66 As destinações dos recursos do fundo de previdência social do estado do Piauí incluem a prestação de fiança, aval e aceite, bem como empréstimos à União, aos estados, ao DF e aos municípios, a entidades da administração indireta e aos respectivos segurados e dependentes.
- 67 Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos dos estados devem ser instituídos com observância da cobertura de um número mínimo de segurados, de modo que possam garantir diretamente a totalidade dos riscos cobertos no plano de benefícios, preservando o equilíbrio atuarial sem necessidade de resseguro, conforme parâmetros gerais.

Julgue os itens a seguir, relativos à evolução da administração pública.

- 68 Agências reguladoras são autarquias especiais cuja principal função é controlar empresas públicas, uma vez que regulam e fiscalizam a prestação de serviços por parte do governo.
- 69 O modelo de governo empreendedor se aproxima do modelo tradicional burocrático quando aquele pretende controlar a economia, possuir empresas e, ao mesmo tempo, estimular a ação e a parceria da sociedade.
- 70 A transparência, referente à possibilidade de acesso do cidadão às informações governamentais, é um elemento essencial para o controle do aparelho do Estado pela sociedade.
- 71 Para a administração pública, governabilidade e governança são sinônimos e se referem, como conceito, às condições e à legitimidade do governo perante a sociedade.
- 72 O modelo gerencial da administração pública é dinamizado por meio da concessão de liberdade gerencial aos gestores públicos, aspecto essencial para que seja garantida a cobrança de resultados e para o estabelecimento de metas e condições de *accountability*.

Acerca de conceitos relacionados ao planejamento estratégico e aos indicadores de desempenho, julgue os itens subsequentes.

- 73 O BSC (*balanced scorecard*), adaptado ao setor público, constitui uma ferramenta de planejamento estratégico de curto prazo, mas é incompleta, por não fornecer um sistema de medidas para acompanhamento e avaliação da organização.
- 74 A matriz SWOT é uma ferramenta utilizada para análise do ambiente interno da organização, com vistas a identificar oportunidades e ameaças. Embora seja também utilizada para análise do ambiente externo, tal uso não é recomendado, devido à fragilidade dessa ferramenta.
- 75 Eficácia, definida como grau de alcance das metas programadas em determinado período de tempo, é uma das dimensões aferidas por meio dos indicadores de desempenho.

Considerando que uma instituição financeira empreste a quantia de R\$ 5.000,00 para ser quitada em um ano, sob taxa de juros compostos anual e capitalização semestral, julgue os itens que se seguem.

- 76 Considere que um cliente tenha feito o referido empréstimo e que, ao fim do ano, tenha pagado à instituição em questão o montante de R\$ 6.050,00. Nessa situação, sabendo-se que  $\sqrt{1,21} = 1,1$ , a taxa nominal anual cobrada no empréstimo foi superior a 18%.
- 77 Se a taxa nominal de juros a ser cobrada for inversamente proporcional à quantidade de interessados e, para 800 clientes interessados, essa taxa for de 30%, então, para 1.500 clientes interessados, essa taxa de juros será de 18% ao ano.
- 78 Caso o empréstimo se concretize e a taxa de juros seja de 16% ao ano, então o montante pago à referida instituição será superior a R\$ 5.800,00.

Considerando que um título de valor nominal de R\$ 2.300,00 será resgatado 5 meses antes do seu vencimento e, na operação, será usado o desconto comercial simples, julgue os itens subsequentes.

- 79 Se, na operação em questão, forem estabelecidas taxa de desconto comercial simples de 3% ao mês e a cobrança de uma taxa de 3% incidente sobre o valor nominal, então o valor líquido liberado será inferior a R\$ 1.900,00.
- 80 Se a taxa de desconto for de 4% ao mês, então a taxa efetiva mensal da operação será inferior a 4,8%.